



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

Protocolo: CMBR-2016/01218
Data da Entrada: 25/10/2016
Requerente: VÁRIOS EDIS
Proposição: RESOLUÇÃO N 280 DE 25 DE OUTUBRO 2016
Funcionário: VALERIA DE SOUSA LIMA
Matrícula: 01-1547/2011



PROJETO DE RESOLUÇÃO

**“Constitui C.E.I. – Comissão Especial de Inquérito,
conforme especifica e dá outras providências”.**

AUTORIA: Vários Edis

***A CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO, Estado de Rio
de Janeiro, por seus representantes legais,***

RESOLUÇÃO:

Art.1º. – Fica constituída a C.E.I. – Comissão Especial de Inquérito, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades nos atos da Secretária Municipal de Saúde.

Art.2º. - A comissão Especial de Inquérito será constituída por três vereadores, a saber: Presidente – Vereador ELVIS INTERNET, Relator – Vereador EDUARDO ARAÚJO e Membro – Vereador ARMADINHO PENELIS.

Parágrafo único - A composição dos membros desta Resolução foi em conformidade do Artigo 66 e seu §§ 4º e 5º do regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art.3º. – Caberá ao Presidente da Comissão (CEI) designar local, horário e data das reuniões e requisitar funcionários, se for o caso, para secretariar os trabalhos da comissão.

Art.4º. – As reuniões da Comissão Especial de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

Art.5º. – Todos os atos e diligências da Comissão Especial de Inquérito serão transcritos em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades e testemunhas.

Art.6º. – Os membros da Comissão Especial de Inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto ou isoladamente:

- I.** Proceder as vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;
- II.** Requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;
- III.** Transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.

Art.7º. – É fixado em 15 (quinze) dias prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado o pedido, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta ou indireta prestem as informações e encaminhem dos documentos requisitados pelas comissões Especiais de Inquérito.

Art.8º. – No exercício de suas atribuições poderá ainda a comissão Especial de Inquérito, através de seu Presidente o seguinte:

- I.** Determinar as diligências que reputarem necessárias;
- II.** Requerer, com a aprovação do Plenário, a convocação de Secretários, Diretores Municipais e ocupantes de cargos assemelhados;
- III.** Tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob Compromisso;
- IV.** Proceder as verificações em livros, papéis e documentos dos órgãos d administração direta e indireta.



Art.9 °. – O não atendimento às determinações contidas nos parágrafos anteriores, nos prazos estipulados faculta ao Presidente da Comissão solicitar, na conformidade da Legislação Federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a Legislação.

Art.10°. – As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho prescritas no Art. 342 do Código Penal, e, em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde reside ou se encontra, na forma do Art. 218 do Código de Processo Penal.

Art.11°. – O prazo dos trabalhos da presente Comissão Especial de Inquérito será de 90 (noventa) dias.

§1°. Se a CEI não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual prazo e o requerimento for aprovado pelo Plenário, em Sessão ordinária ou extraordinária.

§2°. O requerimento da prorrogação considera-se aprovado se tiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art.12°. – A comissão Especial de Inquérito concluirá seus trabalhos com relatório final, que deverá conter:

- I.** A exposição dos fatos submetidos à apuração;
- II.** A exposição e análise das provas colhidas;
- III.** A conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
- IV.** A sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal e a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

Art.13°. – Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da comissão. Se tiver o relatório rejeitado, considera-se o relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão.



Art.14º. – O relatório será assinado primeiramente por quem redigiu e, em seguida, pelos demais membros da Comissão.

Parágrafo único - Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado, nos termos do § 4º do Art. 57 do regimento Interno.

Art.15º. – Elaborado e assinado o relatório final, será protocolado na Secretaria da Câmara, para ser lido em Plenário, na fase do expediente da primeira sessão ordinária subsequente.

Art.16º. – A Secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Especial de Inquérito aos Vereadores que solicitar, independentemente de requerimento.

Art.17º. – O relatório final independará de apreciação do Plenário, devendo o Presidente da Câmara dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele proposto.

Art.18º. – As despesas decorrentes com a execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias deste Poder Legislativo, suplementadas se necessário.

Art.19º. – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, de de 2016.

Markinho Gandra
Presidente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO



Sala das Sessões, ____ de ____ de 2016.

Protocolo: CMER-2016/01297
Data da Entrada: 29/10/2016
Requerente: VÁRIOS EDIR'S
Proposição: REQUERIMENTO
Funcionário: VALERIA DE SOUSA LIMA
Matrícula: 01-1542/2011

REQUERIMENTO

“Requer que seja Criado uma Comissão Especial de Inquerito, com base no artigo 65, item 01 do Regimento Interno.”

Ao Exmo. Sr. Presidente ;

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Belford Roxo, tendo em vista rumores de possíveis irregularidades com o fundo arrecadado na procuradoria deste Município, sirvo-me da presente, para respeitosamente, requerer nos termos do regimento Interno desta Casa Legislativa:

- 1) Requer que seja aberto uma Comissão Especial de Inquerito, composta por 3 vereadores para fiscalizar atos da Secretária de Saúde:***

JUSTIFICATIVA: A falta de transparencia que está sendo praticada pelo Executivo Municipal e seus secretários, no que se refere a repasses federais e contratos.

Belford Roxo, ____ de ____ de 2016.

Vários Edir's

Lido no Expediente
Em 10/10/16